

COLUNA DO HERÓDOTO

Boca do Inferno

Heródoto Barbeiro (*)



O Estado não pode admitir o pseudônimo. É um crime de lesa pátria, uma tentativa de esconder o autor de uma obra que pode pôr em risco a ordem pública.

Por isso a justiça deve sair ao encaço do escritor mascarado e mandá-lo para a masmorra. Nem mesmo a Igreja saiu em sua defesa, pelo contrário, foi expulso das hostes eclesásticas acusado de não respeitar a hierarquia nem usar batina. Depois de alguma audiências na justiça descobriu-se a identidade do Boca do Inferno. Era, nada mais, nada menos do que o Boca de Brasa. Ele não parava de publicar sátiras nas quais criticava a sociedade baiana a quem chamava nos seus versos, carinhosamente, de canalha infernal.

Finalmente Gregório de Matos foi identificado pelo governo da Bahia. No momento que a justiça do Estado se misturava com a da Igreja, foi parar no tribunal da Inquisição, e chegou a ser acusado de difamar não só políticos e administradores, mas até Jesus Cristo. Por se recusar a retirar um barrete quando da passagem de uma procissão, foi de novo processado. Não havia liberdade de expressão nem na colônia, nem na metrópole. Escrever um livro sob pseudônimo era um crime imperdoável.

O Estado bateu nessa mesma tecla enquanto pode. Proibiu editoras ou máquinas que pudessem imprimir livros que difundiam "as abomináveis ideias francesas e seus autores". Só secretamente era possível publicar um livro. Havia uma redobrada vigilância diante do agravamento do controle do povo nas ruas de Paris. Ninguém queria isso para o Brasil, financiador da dívida de Portugal com a Inglaterra, através da mineração e exportação do ouro das Gerais.

Um verdadeira operação Quinto do Ouro estava em andamento. O ouvidor de Vila Rica inconformado com a corrupção e o arbítrio do governador adotou o pseudônimo de Critilo e criou o personagem

Fanfarrão Nemésio, ou o governador nomeado pelo rei, Cunha Meneses. Os oficiais de justiça precisavam de uma prova que Tomás Antonio Gonzaga era um subversivo, detratador e fabricante de mentiras contra uma autoridade constituída.

Era suspeito uma vez que já tinha no passado assumido o pseudônimo de Dirceu nos versos que dedicou a namorada Marília. A chance de parar com a publicação se deu com a repressão a um movimento clandestino que pretendia separar as Minas Gerais de Portugal. Meneses comemorou a prisão do desafeto e sua condenação à pena de morte, depois comutada para desterro na África.

O Supremo Tribunal Federal, em 2015, de uma vez por todas, decidiu pela liberdade de expressão. Biografias e outros escritos não poderiam ser censurados pelos biografados ou seus parentes e as editoras não seriam impedidas de pôr em circulação os livros publicados. Uma vitória do direito inalienável de se difundir histórias que nem sempre são do agrado dos atuais reis e ídolos populares. Assim, como manda a constituição, instâncias inferiores não podem contraditar decisões do Supremo.

Mas no Brasil... Juízes acatam pedidos para impedir a divulgação de livros, ignorando o que foi decidido pelo STF. Exigem, como nos tempos coloniais, que o pseudônimo do autor seja divulgado, tenha ele assinado ou não uma cláusula de confidencialidade com a editora. Suas excelências querem a quebra do anonimato da fonte, para que possa ser devidamente processado por um crime que não existe mais. Não importa, é uma forma de atemorizar outros escritores mascarados a não cometerem o pecado de se esconder, seja a obra de ficção ou não.

Certamente se isso valesse no passado, Álvaro de Campos, Ricardo Reis, Alberto Caieiros e Eduardo Cunha nunca teriam sido publicados.

Autor de Budismo, publicado pela Bella Letra.

(*) É âncora do Jornal da Record News e autor de Budismo (Ed. Bella Letra).

Crianças terão acesso mais cedo a conteúdos de português e matemática

As crianças, em todo o país, deverão ter acesso desde cedo a conteúdos de português e matemática

A até o 2º ano do ensino fundamental, geralmente aos 7 anos, os estudantes deverão ser capazes de ler e escrever. Além disso, aprenderão conteúdos de estatística e probabilidade. As definições estão na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apresentada ontem (6) pelo Ministério da Educação (MEC).

Na educação infantil, que vai até os 5 anos, a BNCC estabelece que seja desenvolvida a "oralidade e a escrita". O conteúdo começa a ser introduzido aos poucos. Até 1 ano e 6 meses, as creches deverão garantir, por exemplo, que as crianças reconheçam quando são chamadas pelo nome ou demonstrem interesse ao ouvir a leitura de poemas e a apresentação de músicas.



Até o 2º ano do ensino fundamental, geralmente aos 7 anos, os estudantes deverão ser capazes de ler e escrever.

Aos 7 anos, no 2º ano do ensino fundamental, as escolas deverão garantir que os estudantes saibam escrever bilhetes e cartas, em meio impresso e

digital - e-mail, mensagem em rede social. Devem também ler, com autonomia e fluência, textos curtos, com nível adequado, silenciosamente e em

voz alta.

A matemática também deverá estar presente na formação desde cedo. Até os 7 anos, os estudantes terão acesso a conteúdos de probabilidade e estatística. Saberão, por exemplo, coletar, classificar e representar dados em tabelas simples e em gráficos de colunas, além de classificar eventos cotidianos como pouco ou muito prováveis, improváveis e impossíveis.

A Base Nacional Comum Curricular deverá ser aplicada nas escolas públicas e particulares de todo o país. No setor público, deverá servir de base para a elaboração dos currículos estaduais, municipais e federal, que deverão definir como as habilidades serão implementadas em sala de aula (ABr).

Enfraqueceu a intenção de consumo em São Paulo



Pesquisa do Programa de Administração do Varejo, da Fundação Instituto de Administração (FIA), divulgada ontem (6), indica que pretendem comprar bens duráveis nos próximos três meses 40% dos consumidores paulistanos. O índice é o menor para o segundo trimestre do ano desde 2002, quando o percentual ficou em 30,2%. No mesmo período de 2016, a expectativa era ligeiramente melhor: 40,2%.

De acordo com o presidente do Conselho do Provar, Cláudio Felisoni, as altas taxas de desemprego trazem insegurança aos consumidores. "Se a pessoa se sente insegura em manter o emprego, ou se está desempregada e atribui uma chance pequena de voltar ao mercado de trabalho, obviamente que ela se sente com poucas condições para voltar a comprar", disse.

O economista ressaltou que, apesar da inadimplência ter registrado ligeira queda nos últimos meses, os níveis ainda estão altos. Os itens com maior intenção de compra são os eletrônicos (22%), eletrodomésticos (21%), informática (16%), livros (15%) e moda e acessórios (15%). O valor médio que se espera gastar ficou em R\$ 2,3 mil contra R\$ 2,6 mil do segundo trimestre do ano passado.

Com base no cenário atual, Felisoni acredita que o setor do varejo possa sofrer uma retração de até 7% neste ano. "O que os números mostram é que há condições gerais melhores para o consumo do que aquelas que nós estávamos assistindo. Mas dentro de um quadro bastante negativo. Ou seja, há uma melhora, mas ela não vai ser suficiente para neste ano assistirmos uma recuperação", avaliou (ABr).

Encontradas bactérias em 8 de 302 amostras de frigoríficos

O Ministério da Agricultura informou ontem (6) que 39 amostras de produtos dos 21 frigoríficos investigados na Operação Carne Fraca apresentaram problemas de ordem econômica ou de saúde pública. A força-tarefa do ministério analisou 302 amostras de diferentes lotes e marcas, em uma auditoria independente da investigação da Polícia Federal. Do total de amostras analisadas, oito apresentaram problemas de saúde pública.

Sete laudos de análises de hambúrgueres continham a bactéria salmonella, vindos de três lotes diferentes da marca Novilho Nobre, do frigorífico Transmeat. Já na linguiça cozida do frigorífico Frigo Santos, de Campo Magro (PR), foi encontrada presença da bactéria Staphylococcus coagulase positiva.

Todos os produtos que continham problemas de saúde pública serão descartados, segundo secretário executivo do ministério, Eumar Novacki, pois não servem para nenhum tipo de subproduto.

Além disso, 31 amostras



Secretário executivo do ministério, Eumar Novacki.

apresentaram problemas de ordem econômica, como não observância de critérios técnicos ou fraude dolosa, mas que não colocam em risco a saúde dos consumidores, segundo Novacki. Entre amostras estavam lotes de embutidos que continham excesso de amido e ácido sórbico, um conservante proibido em linguiças e salsichas, produzidas pelos frigoríficos Souza Ramos, de Colombo (PR), e Peccin. Já nos produtos dos frigoríficos BRF, de Mineiros (GO), e Frango

DM, de Arapongas (PR), foi encontrado excesso de água no frango.

Segundo Novacki, o ministério já iniciou os procedimentos para cancelamento do SIF dos frigoríficos: Peccin (SIF 825), de Jaraguá do Sul (SC); Peccin (SIF 2155), de Curitiba (PR); e Central de Carnes (SIF 3796), de Colombo (PR). Todas essas unidades já estão interditadas e outros frigoríficos podem ter o registro cassado à medida que as investigações avancem (ABr).

Surto de febre amarela pode estar ligado a estiagem

A causa mais provável do surto de febre amarela silvestre que ocorre no Brasil neste ano, pelas informações disponíveis até agora, está ligada a períodos de secas ou de anomalia de chuvas em áreas próximas a matas. De acordo com a especialista da Fiocruz, Márcia Chame, que falou aos deputados da Comissão de Seguridade Social da Câmara ontem (6); os dados ainda são preliminares, mas explicam, por exemplo, o surto ocorrido em 2009 no Rio Grande do Sul e o atual, na região central do País, principalmente em Minas Gerais.

A pesquisadora ressaltou a importância de capacitar os agentes comunitários de saúde, que atuam no interior do País, para detectar sinais da presença deste tipo de doença. "É muito importante que o País entenda a necessidade de aperfeiçoar as informações, principalmente as que estão no campo. E isso só vai ser feito se as pessoas que estiverem no campo forem capacitadas e puderem fazer a vigilância



Especialistas ouvidos na Câmara ressaltaram a importância da prevenção.

no período de silêncio. Para a gente entender esse processo, senão a gente só corre na época dos surtos".

Márcia Chame contou que foi uma enfermeira de Franciscópolis, em Minas Gerais, quem deu o primeiro alerta sobre a possibilidade da doença em outubro do ano passado. O cidadão comum, segundo Márcia, pode usar um aplicativo da Fiocruz para enviar fotos ou relatar mortes ou

mudanças de comportamento em animais silvestres como os macacos. Oriana Bezerra, representante do Conselho Nacional de Saúde, disse que prevenção e vigilância custam dinheiro; mas são fundamentais. Ela citou o exemplo da falta de vigilância contra a raiva no País. Segundo ela, uma investigação sobre a morte de um animal por raiva pode levar a descobrir outras causas (Ag. Câmara).

Romário faz críticas à gestão de Crivella no Rio

O senador Romário (PSB-RJ) foi à tribuna fazer críticas ao prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella. Para o parlamentar, o prefeito se revelou até agora um "pessimista administrador" e por enquanto, a seu ver, só cuidou de si, dos parentes e amigos. "Se eu tivesse que avaliar a gestão em uma única palavra, seria pessimista", disse.

O parlamentar criticou o pagamento de super-

salários para assessores próximos do prefeito; a ausência da autoridade maior do município na festa de carnaval deste ano e o corte de orçamento da Saúde. Segundo ele, apenas o Hospital Souza Aguiar, um dos principais do Rio, vai perder R\$ 33 milhões. Romário reclamou também do fechamento de 12 das 22 vilas olímpicas da cidade, o que está prejudicando a vida de crianças e

adolescentes, que precisam desses espaços para a prática de esportes e lazer.

"O que conhecíamos antes era um produto de marketing feito para ganhar a eleição. E o pior de tudo é que eu também acreditei e por isso ajudei a elegê-lo, pedindo voto para ele. Isso aí me enganou e se revelou um mau caráter, mentiroso e safado", afirmou (Ag. Senado).

Empresas Negócios
netjen@netjen.com.br
www.netjen.com.br
Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para
TEL: 3106-4171

Empresas Negócios
José Hamilton Mancuso
2003/2017

Diretora Administrativa-Financeira
Laurinda M. Lobato
DRT/SP 48681
laurinda@netjen.com.br

Editora
Laura R. M. Lobato De Baptista
DRT/SP 46219

Marketing
J. L. Lobato
lobato@netjen.com.br

Diretora Comercial
Lilian Mancuso
lilian.mancuso.jen@gmail.com

Webmaster e TI:
VillaDartres

Editoração Eletrônica
Ricardo Souza
Walter de Almeida

Impressão
LTJ- Gráfica Ltda

Colaboradores
Dr. Lair Ribeiro
Leslie Amendolara
Luiz Flávio Borges D'Urso
Mario Enzo Bellio Junior
Ralph Peter
Rosângela Demetrio
Sandra Falcone
Sergio Valezin

Jornal Empresas & Negócios Ltda
CNPJ: 05.687.343/0001-90 - Registro na JUCESP sob NIRE 35218211731 em 06/06 de 2003 e matriculado no 3º Registro Civil da Pessoa Jurídica sob nº 103 Administração, Publicidade e Redação: Rua Boa Vista, 84 - 9º Andar - Conj. 909
Cep: 01014-000 - Tel: 3106-4171 - FAX: 3107-2570 - e-mail: netjen@netjen.com.br - site: www.netjen.com.br

Auditoria de tiragem: Cokinos Auditores e Consultores

Serviço informativo editorial fornecido pela Agência Estado e Agência Brasil. Artigos e colunas assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, que não recebem remuneração direta do jornal.